

ATA DA NONAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 02-10-2019.

---

Aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Hamilton Sossmeier, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Mônica Leal e Valter Nagelstein. À MESA, foi encaminhado o Projeto de Resolução nº 038/19 (Processo nº 0461/19), de autoria de Prof. Alex Fraga. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Roberto Robaina, Adeli Sell, Moisés Barboza, Hamilton Sossmeier, Roberto Robaina, Felipe Camozzato, Moisés Barboza e Idenir Cecchim. Na oportunidade, foi aprovado Requerimento de autoria de André Carús, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares por prazo indeterminado, a partir do dia dois de outubro do corrente. A seguir, foi apregoado o Projeto de Lei do Legislativo nº 210/19 (Processo nº 0466/19), de autoria de Cláudia Araújo. Às quinze horas e seis minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei do Executivo nº 016/19 (Processo nº 0414/19), após ser discutido por Adeli Sell, Prof. Alex Fraga, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, Lourdes Sprenger e Marcelo Sgarbossa. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e trinta minutos às quinze horas e trinta e dois minutos. Foram apregoados os seguintes Requerimentos, solicitando votação em destaque para emendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 016/19: de autoria de Marcelo Sgarbossa, para a Emenda nº 02; de autoria de Mônica Leal, para as Emendas nºs 03, 04 e 05; de autoria de Cassio Trogildo, para a Emenda nº 06; de autoria de Reginaldo Pujol, para a Emenda nº 09; de autoria de Idenir Cecchim, para as Emendas nºs 10, 11 e 12. Foi apregoado Termo de Anuência firmado por Reginaldo Pujol, Felipe Camozzato, Márcio Bins Ely, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, José Freitas, Moisés Barboza, Marcelo Sgarbossa, Cassio Trogildo, Mauro Pinheiro e Cláudia Araújo, referente a alteração na redação da Emenda nº 06 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 016/19. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e quarenta e cinco minutos às quinze horas e quarenta e seis minutos. Foi votada destacadamente a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 016/19, obtendo quatro votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Adeli Sell, Cláudio Janta, Valter Nagelstein, Mauro Pinheiro, Marcelo Sgarbossa, Valter Nagelstein e Mauro Zacher, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Hamilton

Sossmeier e Mauro Pinheiro, votação essa declarada nula em face da inexistência de quórum deliberativo. Durante a sessão, Roberto Robaina, Reginaldo Pujol e Aldacir Oliboni manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às dezesseis horas e vinte e nove minutos, constatada a inexistência de quórum, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mendes Ribeiro, Reginaldo Pujol e Mônica Leal e secretariados por Alvoni Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

---

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Boa tarde, vereadores, vereadoras, Presidente Pujol; eu quis fazer uma intervenção no tempo de liderança, porque eu considero que a Câmara de Vereadores não pode não debater politicamente o que ocorreu aqui ontem, não acho que tenha sido um episódio qualquer. Eu sou vereador de primeiro mandato, e, que eu saiba, é a primeira vez que ocorre, em Porto Alegre, a prisão de um vereador. Eu não sei exatamente o conjunto de acusações que são atribuídas ao Ver. Carús, mas evidentemente foi uma prisão com um nível de fundamentação policial, imagino, razoável. O delegado Max Ritter, para quem não o conhece, é o mesmo delegado que fez a investigação no DEP, que fez a investigação na FASC. O delegado Max Ritter é de uma altíssima competência. Logicamente que, no caso envolvendo a Câmara de Vereadores e o Ver. Carús, a polícia não faria essa intervenção sem ter muita base. O Ver. Carús, além de ser um vereador conhecido e atuante na Câmara, não é só um vereador de um partido, ele é o presidente de um partido político, o MDB, que é o partido que governa o Brasil há 50 anos. Todos sabem a quantidade de acusações que o MDB sofreu, de corrupção, ao longo desses 50 anos, e ainda segue tendo um poder importante no aparelho de Estado brasileiro, tanto é assim que o MDB tem ministros no governo Bolsonaro, tem o líder do Senado, que é do MDB. Então, o MDB é um partido importante, e a prisão foi do presidente do MDB. Nós sabemos, evidentemente, que, na Câmara de Vereadores, a posição lógica é que é preciso ter investigação. Eu vi todos os vereadores falando que os fatos têm que ser apurados, mas é lógico que já está tendo uma investigação há alguns meses, e essa investigação levou a essa prisão e também levou a acusações ou envolvimento de uma cooperativa de crédito que tem um contrato com a Prefeitura de Porto Alegre. Além do mais, ontem, não foram objeto de busca e apreensão – ou de prisão – só assessores do Ver. Carús, mas também assessores do DEMHAB e assessores do DMAE, quer dizer, envolve autarquias, envolve o governo municipal. Eu acho que é um problema grave que a Câmara de Vereadores precisa ter como preocupação.

Nós, a partir de amanhã, Ver. Adeli, vamos começar a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, que tem um objetivo determinado, tem fatos determinados – não envolvem essa questão obviamente, mas envolvem a questão do Banco de Talentos. Um dos fatos determinados na CPI é o Banco de Talentos, e eu

quero, na verdade, saber se, entre esses assessores, Ver. Alex, tem gente indicada no Banco de Talentos, porque envolve a Prefeitura e envolve uma cooperativa de crédito. Eu não vi o processo, acho que a Câmara vai ter que ver o processo, mas os empréstimos chegam a R\$ 800 mil. Às vezes, eu fico pensando: R\$ 800 mil para gastos do vereador? É um montante importante, não é qualquer montante. Eu não acho que seja um problema qualquer, eu não acho que seja um caso simplesmente de um vereador, é um presidente de um partido político. Envolve o DMAE, portanto, ataca do prestígio do DMAE, ataca do prestígio do DEMHAB, envolve funcionários e, na minha opinião, também envolve o Banco de Talentos. Eu quero averiguar se envolve ou não, porque, se envolve o Banco de Talentos, é um outro tipo de problema. De tal forma, eu não poderia, Ver. Reginaldo, deixar passar o tempo de liderança para manifestar a preocupação, por um lado; e, por outro lado, para informar que a CPI, na medida em que tiver ligação com os fatos determinados que foram objetos da CPI, tratará do assunto...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** ...O que não for objeto dos fatos determinados para que a CPI apure, evidentemente, existe uma apuração policial em curso... O que eu quero marcar é que o delegado que está chefiando essa operação é um delegado altamente competente, é esse mesmo delegado que descobriu horrores de fraudes no DEP, é esse mesmo delegado que descobriu horrores de fraudes na FASC, fraudes essas que seguem sendo investigadas, que seguem sendo apuradas. Eu acho que a Câmara de Vereadores tem que ter, sim, a responsabilidade de tratar desses temas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Ver. Reginaldo Pujol, Presidente; colegas vereadoras e vereadores, estamos no mês do Outubro Rosa. Eu quero agradecer à assessoria do Ver. Hamilton Sossmeier, que distribuiu um distintivo para marcar este mês em que temos que trabalhar a prevenção do câncer de mama – para os outros meses, estão sendo escolhidas outras cores para trabalhar outras questões da saúde.

Eu, hoje, quero levantar aqui alguns problemas da cidade. Primeiro, quero dizer que a Prefeitura alardeou aos quatro ventos a PPP e o PMI do Mercado Público; no entanto, ela passou um tempo fora do ar, era impossível acessá-la. Hoje, fiz um teste, consegui acessar o processo; no entanto, as pessoas não têm como se pronunciar sobre a consulta, não têm nenhum lugar em que possam dizer se concordam ou não concordam.

Existe um *e-mail* de toda a secretaria! E digo mais – já disse isso numa rádio e vou dizer aqui de novo –, o secretário Thiago foge de mim como o diabo foge da cruz, ele não me concede uma audiência. Eu sou vereador, eleito vereador cinco vezes aqui nesta Casa, e nenhum secretário, de nenhum governo, até hoje, negou audiência para mim. É verdade que ele vai dizer que não negou audiência, mas isso é muita laje, muita cara de pau, porque, por várias vezes, eu pedi audiência ao secretário de Parcerias Estratégicas, Ver. Moisés Barboza, e esse secretário não nos dá audiência, ou seja, ele tem medo, ele não quer debater as parcerias público-privadas, porque eu sou daqueles que votaram favoravelmente pelas parcerias público-privadas. Agora, o Mercado Público é público aqui e no mundo inteiro; não vai ser em Porto Alegre que vão cometer essa barbaridade de privatizar. Eu falo privatizar porque esse negócio de concessão do Mercado Público é balela pura, absolutamente pura! Mas tudo bem, esse debate não termina hoje aqui. Eu apenas quis sinalizar que o secretário Thiago, da Secretaria Municipal de Parcerias Estratégicas, não dá audiência ao Ver. Adeli Sell. Eu não sou moleque, secretário, eu não sou babaca, nem sou contra apenas por ser contra, eu estudo a cidade de Porto Alegre. Eu acho que quem tem medo para debater comigo é o secretário, porque ele é o ignorante, não sou eu! Vereador Alex, não ficará assim; Ver. Oliboni, vou pautar isso de forma mais coletiva com V. Exa., com o Ver. Sgarbossa, com o Ver. Comassetto, com a nossa bancada, que tem posição clara, definida, sobre essa questão do Mercado Público. Nós não vamos nos mixar, nós vamos levar isso às últimas consequências. Nós queremos, sim, quando discutimos aqui os terrenos... Eu disse que há vários terrenos públicos que podem ser vendidos, sem nenhuma objeção da nossa parte. Agora, nós temos uma comissão sobre os prédios abandonados, estamos nos encontrando com a Cagim, que foi instituída no governo do Fortunati, em 2016, e está funcionando. Ou seja, não sou daqueles que criticam este ou aquele governo por birra, as coisas que levanto aqui são necessárias. E tem mais: muitas vezes ouço que é preciso ajudar a cidade. Pois eu estou ajudando a cidade. Ver. Conceição, meu colega, comecei uma campanha, hoje, porreta, pela limpeza e cuidado da cidade, Ver. Sossmeier! A limpeza da cidade é responsabilidade do governo? Sim. Do DMLU? Sim, mas é minha, é sua, é de nós todos! Vamos fazer a limpeza da cidade e exigir que ela continue sendo limpa, é para isso que temos que trabalhar, não só nas campanhas, como fazemos aqui: somos todos nós que estamos fazendo a campanha do Outubro Rosa, os 36 vereadores. Pela limpeza da cidade, vamos trabalhar de forma contundente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Boa trade, estamos aqui nesta quarta-feira, em que eu não poderia deixar de falar aqui, depois de ouvir o Ver. Robaina. Eu acredito que há uma parte dos vereadores que ainda está tentando entender e estudar a fundo para que não se cometam injustiças sobre o ocorrido. Nós temos que

ter muita responsabilidade com o que a gente se manifesta. É lamentável o episódio e todos os seus desdobramentos, mas vamos acompanhar, aguardar para que nós não façamos o que as redes sociais estão cada vez mais fazendo: pré-julgamentos, condenações antecipadas. O que eu posso dizer aqui é que todos os colegas irão acompanhar para que as verdades sejam apuradas. Lamentamos o episódio, mas eu quero fazer uma observação importante aqui sobre a fala do Ver. Robaina. Ver. Robaina, o senhor falou aqui sobre o Banco de Talentos, sabemos que agora vocês vão depositar as suas energias, no momento, na tarefa dessa CPI.

Pegando o gancho, sobre um dos presos de ontem, selecionado ou não, analisado ou não pelo Banco de Talentos, é interessante dizer quem é essa pessoa. Essa pessoa concorreu pelo seu partido, pelo PSOL. Nós temos lá um ex-conselheiro tutelar, ex-agente comunitário que concorreu a deputado federal pelo seu partido. Isso comprova que o Banco de Talentos não faz filtro político partidário, e, provavelmente, ele estava lá no DEMHAB trabalhando por ter sido conselheiro tutelar e agente comunitário. Vai ser muito bom nós darmos luz ao que o Banco de Talentos faz, porque ele faz isto: vê o perfil do candidato, seja ele indicação política, seja ele indicação da própria pessoa no *site*, e vê se ele se encaixa à tarefa dentro da gestão pública. Mas eu tenho que falar aqui claramente: ouvi do senhor a crítica, pegando esse episódio triste e lamentável, que nós vamos aguardar para ver as apurações, e já jogou lá na questão política do Banco de Talentos, da CPI, para atrair a mídia para o assunto. Alto lá, um dos selecionados que, ontem, foi preso, que estava na administração, concorreu pelo PSOL a deputado federal. Então, novamente, vamos com calma, não vamos entrar nessa do momento facebookiano, raso, de sair dizendo coisas aqui, fazendo alusões, largando lama onde não há. Quero deixar claro que, amanhã, vamos estar aqui acompanhando os trabalhos dessa CPI e, no decorrer, vamos deixar muito claro que o governo tem todo o interesse – absolutamente todo o interesse – de abordar esses temas, porque quem não deve não teme.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. André Carús solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares, por tempo indeterminado, a partir de 02 de outubro de 2019. (Lê.): “Exma. Sra. Presidente, Vereadora Mônica Leal. O Vereador que esta subscreve solicita licença a partir de 02.10.2019, por tempo indeterminado do mandato de vereador que exerce na Câmara Municipal dos Vereadores de Porto Alegre, nos termos dos artigos 57, II, 68, VII, da Lei Orgânica do Município, e 94, § 3º, ‘o’, do Regimento Interno desta Casa Legislativa a fim de que todos os fatos investigados pela Polícia Civil Gaúcha possam ser devidamente apurados sem o ruído de que o requerente possa interferir na apuração da verdade. O requerente, com serenidade, reafirma sua inocência, o que será demonstrada no curso da investigação. Porto Alegre, 02 de outubro de 2019. André de Oliveira Carús, MDB – Movimento Democrático

Brasileiro.” Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de licença por tempo indeterminado permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PSC):** Boa tarde a todos. Sra. Presidente Mônica Leal, Srs. Vereadores, vocês que nos assistem pela TVCâmara, subo a esta tribuna para falar sobre o Outubro Rosa, que é uma campanha anual realizada mundialmente em outubro com a intenção de alertar a sociedade sobre o diagnóstico precoce do câncer de mama. A mobilização visa também à disseminação de dados preventivos e ressalta a importância de olhar com atenção para a saúde, além de lutar por direitos como atendimento médico, suporte emocional, garantindo um tratamento de qualidade.

Na nossa organização religiosa, nós temos, circulando pelo Brasil, 22 ônibus que fazem gratuitamente o trabalho de mamografia, e, nesta semana, um desses ônibus estará em Porto Alegre, em alguns bairros carentes, fazendo esse trabalho gratuitamente, num trabalho à frente da batalha. Durante este mês, diversas instituições abordam o tema para encorajar mulheres a realizarem seus exames. Iniciativas como essas são fundamentais para a prevenção, visto que, nos estágios iniciais, a doença não é perceptível, já que não apresenta sintomas. O câncer de mama é um tumor maligno que ataca o tecido mamário e é um dos tipos mais comuns, segundo o Instituto Nacional do Câncer, o Inca. Ele se desenvolve quando ocorre uma alteração de apenas alguns trechos das moléculas de DNA, causando uma multiplicação das células anormais que geram o cisto. Conforme o especialista, diagnosticar o câncer precocemente aumenta a chance de cura em até 95%, por isso a mamografia é imprescindível, sendo o principal método para o rastreamento da doença. De acordo com a Sociedade Brasileira de Mastologia, das 11,5 milhões de mamografias que deveriam ser realizadas no ano passado, apenas 2,7 milhões foram feitas. A diminuição acentuada do exame é um fator de risco para milhares de mulheres e um alerta para a importância dessa campanha. Eu trago essa temática para que nós possamos não somente alertar, mas também chamar a atenção da comunidade. E a primeira ação, no Brasil, aconteceu em 2002, no Parque Ibirapuera, em São Paulo, com a iluminação cor de rosa no Obelisco, Mausoléu ao Soldado Constitucionalista. A partir de 2008, iniciativas como essa tornaram-se cada vez mais frequentes. Diversas entidades relacionadas ao câncer passaram a iluminar prédios e monumentos, transmitindo a mensagem e a prevenção tão necessária. Por isso, nós aqui, os 36 vereadores, estamos engajados no Outubro Rosa para alertar sobre esse fator tão importante. Ontem, nós estivemos no Parque da Redenção, como COSMAM, ouvindo as pessoas que frequentam aquele parque e entidades. Aqui me somo à fala do Ver. Adeli Sell sobre a importância da conscientização das pessoas para também zelarem e cuidarem. Ouvimos ali as ponderações das pessoas, entendendo também que o poder público tem que fazer a sua parte, mas também a sociedade civil organizada precisa se conscientizar do cuidado e da responsabilidade que nós temos não só com parques e praças, mas também com o lixo que, muitas vezes, as pessoas largam de

forma indiscriminada, gerando problemas que nós vemos que têm trazido muitas consequências. Então deixo aqui essa palavra, esse alerta do Outubro Rosa e também este momento especial de destacarmos a responsabilidade da nossa conscientização, como população, de também fazermos a nossa parte. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Boa tarde, Presidente Mônica. Eu usei a palavra antes, o Ver. Pujol estava já encaminhando para a Ordem do Dia sem que nenhuma das lideranças pedisse a palavra depois do que ocorreu ontem, na Câmara. Só depois disso é que o Ver. Moisés, vice-líder do governo, resolveu falar sobre o assunto para tentar confundir. O seu partido, Ver. Moisés, eu não sei se o Aécio Neves, esse corrupto nacional, continua como presidente, presidente honorário, eu não sei; mas o meu partido é um partido que combate os grandes capitalistas – sim, nós temos um elemento ideológico – e combate a corrupção. Quando há problemas, nós falamos sobre os problemas; não somos como vocês que tratam de abafar os problemas. E o vereador, quando intervém aqui, fala que teve alguém foi candidato pelo PSOL... Se foi escolhido no Banco de Talentos, nós vamos ter que ver esse Banco de Talentos. Porque eu desconfio, sim, que o Banco de Talentos é uma fraude do governo Marchezan – essa é a minha posição política, do que eu conheço sobre o Banco de Talentos. Agora, eu informei que nós vamos ter uma comissão parlamentar de inquérito onde vamos analisar o assunto. Na condição de presidente da CPI, eu não quero partir de pressupostos; mas eu, como político, tenho o direito de ter os meus pressupostos e os meus pensamentos, e acho que o Banco de Talentos é, sim, uma fraude do governo. E talvez aqui, nesse episódio, tenha já se comprovado a fraude. Não sei! Não sei! Agora, o que eu sei é que nós tivemos não só um problema envolvendo o Ver. Carús. O Ver. Carús não é só um vereador, ele é o presidente de um partido político que tem sustentado o governo Marchezan, é o presidente de um partido político que indicou cargos de confiança no DMAE e no DEMHAB. Se teve gente, tu sabes muito bem, eu não sei quem é que indicou, se foi o Mauro Pinheiro, como liderança da REDE... Talvez em março o Mauro Pinheiro já não seja mais da REDE, talvez ele lhe acompanhe no PSDB, não sei o destino político do Ver. Mauro Pinheiro. O que nós sabemos é que a Câmara de Vereadores tem, sim, a função de fiscalizar o Executivo e que a Câmara de Vereadores não tem que acobertar nenhum esquema de corrupção que exista no seu interior. É isso o que nós sabemos, é por isso que nós nos pautamos. Nós não nos pautamos pelo cooperativismo da proteção mútua. Nós nos pautamos pela verdade, pela fiscalização e pelo compromisso com a coisa pública. Então, essa é a discussão. Quando eu usei a palavra para botar esse problema, é porque eu acho grave que, no governo Marchezan, essa relação esteja estabelecida. Eu acho grave. Acho que a Câmara de Vereadores não pode abstrair que tenha uma cooperativa de crédito que, segundo o

noticiário, eu não vi o trabalho policial... O que eu falei quando a senhora não estava é que o delegado Max Ritter é um policial muito competente. A investigação da RBS mostrou representantes dessa cooperativa de crédito, a Unicred, quase como parceiros desse sistema. Eu não vou fazer um pré-julgamento do Ver. Carús, mas o que eu disse, Presidente Mônica, é que o delegado Max Ritter é muito sério.

Então, não ocorreria o que ocorreu ontem, aqui na Câmara de Vereadores – e eu vi a sua declaração dizendo que era algo inédito – de graça; eu não acho que o delegado Max Ritter atuaria de graça. “Não, foi uma prisão impensável”, como disse o advogado do Ver. Carús, que é um dos advogados mais caros da banca do Rio Grande do Sul, o advogado Jader Marques.

Então, para um vereador que estava muito endividado, os honorários desse advogado vão endividá-lo mais. Quem conhece o direito sabe disso. Eu não acho que se possa dizer “não, não está acontecendo nada”. Eu não vou fazer juízo subjetivo da relação de cada um com o Ver. Carús, não é isso. Eu acho que esse não é o caso. A grande questão é: que relações políticas isso significa? São relações políticas ligadas ao vereador e ponto...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** ...Eu ouvi o MDB dizer que são problemas envolvendo o vereador, é a vida privada do vereador. Mas a Câmara tem que saber! Não era um vereador qualquer, era o presidente do MDB. E eu confesso para vocês que eu não vejo um bom histórico no MDB, quem me conhece sabe. São 50 anos governando o País! Os grandes líderes do MDB, todos, estão denunciados por corrupção, aí vão me dizer “não, aqui em Porto Alegre esse problema não existe”.

Isso é no Brasil, no mundo, só aqui que não existe? Aí, nós fazemos de conta que não existe? Não contem conosco para isso. Nós defendemos que se investigue, defendemos que se puna, defendemos que a sociedade conheça o que ocorre no Executivo, nas Câmaras de Vereadores, nos Parlamentos, nós defendemos que a sociedade controle a política, toda a política. Isso vai valer também para a CPI, e a CPI tem esse papel, foi isso o que eu disse...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** ...E o Ver. Moisés, que é parte da CPI também, resolveu falar só porque eu disse isso. Eu termino dizendo o seguinte: eu quero, Ver. Moisés, que a CPI se detenha em fatos, tu vais com a tua posição, eu vou com a minha, mas eu quero que a gente estude fatos, estude

documentos, pegue depoimentos e faça um trabalho sério, é isso o que a sociedade exige de nós e é isso o que nós queremos cumprir. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação do Líder.

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** Boa tarde, Presidente Mônica. Quero saudar os colegas vereadores e o público que nos assiste. Antes de adentrar ao assunto, acho que cabe também fazer uma reflexão breve sobre o dia de ontem. Acho que foi um dia triste para nós, parlamentares, e para a Câmara Municipal – falo em meu nome e em nome do NOVO –, e a gente espera que todo o ocorrido seja esclarecido, que a polícia atue com base e à luz da lei, que o processo decorra da melhor forma possível.

Entrando agora na questão do assunto que eu quero trazer nesta fala de liderança, quero comentar, brevemente, a revitalização das praças e parques. Nós temos visto o governo municipal encaminhando quase 600 praças, Ver. Mauro. É muito interessante observar, é nomeado pela Prefeitura como o maior projeto de revitalização da história de Porto Alegre, e é salutar isso. Então, primeiro, eu quero parabenizar a iniciativa da Prefeitura em contratar parceiros privados que permitiram que, por exemplo, em 20 dias, nós tivéssemos a revitalização e a conclusão da Praça da Alfândega. Isso mostra, por um lado, que as parcerias e os contratos com a iniciativa privada, especialmente aqueles que são bem feitos, trazem benefícios públicos, sim. Ao mesmo tempo, eu queria fazer uma breve reflexão sobre esse contrato de revitalização das nossas praças e parques. São em torno de R\$ 25 milhões, o que representa em torno de 0,3% do orçamento – muito pouco, perto do nosso orçamento. O muito pouco é uma avaliação de valor que eu faço sobre como nós utilizamos mal o orçamento público de Porto Alegre, como nós ainda dedicamos fatias muito singelas daquilo que o pagador de impostos deposita no caixa da Prefeitura para que retornem em benefícios para a população. O percentual de 0,3% do orçamento é uma parcela ínfima, mas, ainda assim, é o maior investimento da história em revitalização de parques e praças, para ver como nós temos ainda oportunidade de mudar essa lógica de uso do recurso público para aumentar o benefício que o pagador de impostos possa ter com a gestão pública e a aplicação desses impostos cobrados. Então, se, por um lado, é muito bom e muito salutar que a gente recorra à iniciativa privada para, sem as amarras do poder público, poder executar de maneira rápida, em 20 dias, uma transformação de uma praça como a nossa Praça da Alfândega, por outro lado, fica muito claro como nos fizeram falta, por exemplo, os R\$ 300 milhões de déficit acumulado da Carris, como nos fazem falta outros tantos milhões de reais em desperdícios que nós temos na administração pública municipal nos últimos anos, nos mais diversos governos. Fazem muita falta! Quando a gente tem uma praça entregue, revitalizada, como a Praça da Alfândega, com uma

parcela apenas desses R\$ 25 milhões, fica ainda mais claro que a gente poderia ter ainda mais benefício público decorrente da aplicação dos nossos recursos.

Quero aproveitar, então, já que estou fazendo esta reflexão sobre o uso do recurso público, para falar sobre um projeto, de minha autoria, protocolado aqui na Câmara, de transparência e melhor controle do ITBI. O ITBI é um dos nossos tributos municipais, e talvez ainda tenham muitas dúvidas sobre a sua aplicação, sobre a sua cobrança. Muito eu respondo a questionamentos de cidadãos sobre o seu cálculo, se está correto, se não está correto, como é que se recorre, e, especialmente, no caso de achar incorreto, quanto custa ao cidadão fazer o recálculo disso ou fazer a prova de que está incorreto para a Prefeitura fazer a cobrança devida, a cobrança justa. Nesse sentido, hoje, o cidadão está em uma posição de fraqueza perante a Prefeitura. Ele precisa não só provar que foi injustamente cobrado como precisa pagar de antemão para comprovar isso com o laudo técnico. A gente quer, através do projeto de transparência do ITBI, dar mais poder para o cidadão e mais transparência para a população sobre essa cobrança, facilitar a vida de quem acha que está sendo injustamente cobrado para que possa ser justamente cobrado, para que possa ter maior lisura, portanto, no processo – lisura não no sentido de corrupção ou de má-fé, mas de que sejam auferidos, de fato, aqueles valores que são devidos. Nos últimos três anos, 63 mil guias de ITBI foram lançadas. A gente verificou, através de um pedido de informação, que aproximadamente 90% dessas 63 mil guias – 9 em cada 10, portanto – tinham valores discrepantes entre escritura e valorização dada pela Prefeitura. Em uma em cada quatro, o valor ultrapassava 100% o valor do imóvel, o que chama muito a atenção. É essa discrepância que nós precisamos esclarecer, e eu acho que o projeto de transparência do ITBI que eu protocolei conseguirá ajudar a resolver, a trazer mais transparência para o cidadão, Ver. Pablo, a trazer mais justiça, também, na cobrança dos tributos municipais e, principalmente, a fazer com que seja facilitada a vida do Município e também do cidadão nesta relação...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** ...entre cobrança dos nossos impostos e pagamento dos mesmos. Acredito que, inclusive, ajudaria a reduzir muito a nossa inadimplência caso o processo fosse melhor organizado, mais transparente e com esses pesos e contrapesos mais ajustados, porque hoje, da maneira como está, está muito oneroso para o cidadão recorrer e levar adiante uma reclamação. Ele acaba pagando o imposto ainda que a mais para não se incomodar e ter que questionar esse valor. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Boa tarde. Sem muitas delongas aqui, eu queria dividir com os nobres vereadores e vereadoras e todo mundo que nos assiste um belíssimo trabalho que o DMAE vem realizando. Nós tivemos acesso, na realidade, a dois grandes investimentos, que estão em andamento, extremamente adiantados, que vão combater as questões de água na região da Restinga, numa região importante da Lomba do Pinheiro, que pega toda aquela região da Quinta do Portal. Então, vou solicitar ao pessoal da assessoria que faça as impressões para os vereadores que quiserem ter este material. (Procede-se à apresentação de imagens.) Aqui, a gente vê a adutora Antônio Borges, que vai beneficiar 75 mil habitantes com investimentos realmente grandes nessas áreas. Então, nós gostaríamos de ressaltar o trabalho do DMAE no combate às questões que mais atingem a população do Extremo-Sul e Lomba do Pinheiro, parabenizar pelo trabalho o diretor Darcy, o César, o Leomar, as pessoas que estão lá no DMAE debruçadas para combater problemas históricos desta cidade, que, agora, graças a um grupo grande de vereadores, a Prefeitura, o governo Marchezan está tendo condições de enfrentar por causa dos projetos aprovados nesta Casa. Mas eu não poderia deixar de responder ao Ver. Robaina novamente, antes de encerrar aqui o meu tempo, e dizer o seguinte: Ver. Robaina, nós temos uma diferença muito grande aqui entre nós. Em primeiro lugar, eu falo para 1,5 milhão de porto-alegrenses. Eu entendo que o senhor fala apenas para agradar o seu público, o seu eleitorado, o eleitorado do PSOL. O senhor veio aqui e falou sobre o Aécio Neves; mas, se o senhor fosse melhor informado, saberia que eu já estive aqui dando publicidade ao documento que pedia a expulsão do senador Aécio Neves do PSDB; se o senhor fosse melhor informado, saberia que eu já vim aqui falar que o PSOL teve o seu primeiro prefeito eleito, no Brasil, com grana da OAS. Eu já estive aqui nesta tribuna falando que o seu partido, no *site* do seu partido, apoia o governo do Maduro na Venezuela, e eu não me orgulharia tanto assim, mas eu entendo que o senhor faz um discurso para o seu eleitorado. O senhor subiu aqui e fez alusões até graves, e eu quero lhe dizer uma coisa, Ver. Robaina, eu só subi aqui após o senhor, é claro, porque o senhor misturou os assuntos para o seu público, falou sobre um episódio triste desta Casa e pulou para o assunto da CPI do Banco de Talentos, e eu vim dar o alerta, porque nós vamos defender a questão do Banco de Talentos. Eu dei o exemplo de uma pessoa presa que concorreu, ano passado, a deputado federal pelo seu partido, e aí o senhor ficou bravo. Eu não falo para um eleitorado, eu não falo para um partido, eu falo para a cidade, eu falo para um 1,5 milhão de pessoas. Vir aqui e fazer alusão: “Ah, eu não sei quem indicou, talvez seja o Ver. Mauro Pinheiro”... O senhor veio aqui e falou o nome de um vereador, jogando, assim... Aí, o seu público, que está ouvindo, vai passar a acreditar, porque mentiras repetidas muitas vezes se tornam verdade. Então eu quero explicar: eu me inscrevi após o senhor, porque foi o senhor que veio aqui fazer isso; se o senhor não tivesse feito, eu não precisaria me inscrever para lhe responder.

Sobre o delegado Max Otto Ritter, eu o conheço pessoalmente há um bom tempo, é um grande profissional; vamos aguardar o trabalho, não vamos ficar aqui falando. Eu repito: o Brasil está muito cheio desse ódio, que inclusive vocês vivem

dizendo que é da extrema-direita. Então, alto lá! Eu, por enquanto, vou me inscrever aqui para falar sempre que tiver algo para dizer. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Sra. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, esse é o tipo de fala que nenhum colega gostaria de fazer, muito menos de um líder de um partido, mas ouvindo um aproveitador, sanguessuga, urubu como o vereador do PSOL, que se pronunciou aqui aproveitando a carniça dos outros. Senhor urubu, aproveitando... Carniceiro! Esse é o tipo de caráter que a gente vê agora. A gente vê agora, nessa hora, como é o caráter das pessoas. Esse é um partido...

(Aparte antirregimental do Ver. Roberto Robaina.)

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Olha, eu gostaria muito de lhe dar um aparte, vereador, mas, infelizmente, o senhor gasta o tempo atingindo as pessoas que não merecem. O senhor atingiu todo o MDB, o senhor não atinge o seu partido porque não é partido, é um puxadinho do PT – é puxadinho! E o seu caráter, como hoje aqui foi demonstrado, é pequeno! Não é um partido que o senhor está atingindo, o senhor está atingindo os vereadores. Pode acontecer alguma coisa assim com muitos vereadores. Eu não vou falar do caso Marielle, eu não vou falar que o Freixo, que é seu colega, é daquelas milícias do Rio de Janeiro, aquele pessoal que manda na polícia podre. Eu não vou falar aqui porque o senhor não tem mais tempo para se defender, mas eu não vou dizer que o senhor é igual às milícias, porque o senhor não é, o senhor pode ser um aproveitador na hora da desgraça, mas o senhor não é miliciano, acho que nem tem coragem para isso – nem tem coragem para isso! Então, eu acho bom o senhor se guardar um pouquinho, porque podem lhe fazer falta algumas palavras. Podem lhe fazer falta palavras. O MDB deu uma nota ontem dizendo: “Queremos a verdade!”. O senhor não quer a verdade? Parece que não! Nós queremos a verdade, o vereador se licenciou do partido, se licenciou da Câmara, nós votamos agora o seu afastamento para que quem está averiguando faça a averiguação, e não vai ser o senhor que vai acusar, julgar e prender! O senhor não vai fazer isso porque não tem competência, não tem juízo e não tem capacidade. O senhor é um vereador aproveitador! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Presidente, eu fiz uma intervenção, não faltei com o decoro, ao contrário. O que eu fiz foi uma acusação política. Eu só disse que o Ver. André Carús é presidente do MDB! Portanto, eu disse que o que ocorreu ontem aqui não foi somente algo envolvendo um vereador. Eu acho

que o MDB precisa explicar! O Ver. Cecchim fala pelo MDB e o que ele faz é falta de decoro, porque ele faz ataques totalmente infundados, individualizados, falando em sanguessuga, em aproveitador, isso não tem nada que ver com o debate político. Evidentemente, eu não tenho nenhuma autoridade para prender, mas ontem teve um vereador preso, e é o presidente do partido dele, não do meu. Em vez de acusar com calúnias, ele tem é que se explicar. Muito obrigado.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Ver. Robaina, feito o registro. Eu informo aos Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras que as manifestações na tribuna são de responsabilidade de cada vereador desta Casa.

Aprego o PLL nº 210/19, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h06min:** Havendo quórum, passamos à

## **ORDEM DO DIA**

### **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0414/19 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 016/19**, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020.

#### **Parecer:**

- da **CEFOP**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01 e pela rejeição das Emendas nºs 02 a 06 e 08 a 14.

#### **Observações:**

- com Emendas nºs 01 a 06 e 08 a 14;
- retirada Emenda nº 07;
- para aprovação, maioria simples de votos, presente a maioria absoluta dos Vereadores – art. 53, “caput”, c/c art. 82, “caput”, da LOM;
- o Projeto será votado com as Emendas com Parecer pela aprovação, nos termos do art. 120, VI, do Regimento da CMPA;
- para a votação em separado de Emenda com Parecer pela aprovação ou rejeição, será necessário requerimento subscrito por um terço dos membros da Casa – art. 120, VI, do Regimento da CMPA;
- durante a Ordem do Dia não serão admitidas Emendas (art. 120, § 2º, do Regimento);
- incluído na Ordem do Dia em 02-10-19.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Em discussão o PLE nº 016/19. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, nossa Presidente; colegas vereadoras e vereadores; eu gostaria que as senhoras e os senhores pudessem, depois, puxar os alfarrábios da Câmara, as notas taquigráficas, o meio eletrônico da discussão da LDO do ano passado. Eu vou começar a dizer a mesma coisa que eu disse no ano passado: ora, ora, vejam só, o governo descobriu a América; o governo colocou, novamente, na prioridade número um, Ver. Mauro Zacher, a habitação. Estão de brincadeira, não é? Estão de brincadeira! Não é sério! Isso não é sério! Sabedores que somos, nada foi construído na cidade de Porto Alegre no último período, nada, absolutamente, por ordem da Prefeitura. Há empreendimentos populares, médios e outros, feitos pela iniciativa privada, inclusive, alguns com recursos federais, mas colocar a habitação como prioridade e não fazer absolutamente nada, é engambelação.

Em segundo lugar, Oliboni, veio a saúde. Ah, então eu sei, a prioridade número dois, que é a saúde, é para fazer a concertação com as organizações sociais. Ah, tá! Está certo! Eu me admiro que não seja o esforço que o governo está fazendo para passar posto de saúde para organizações sociais. Está circulando uma matéria que diz que querem agora passar o Pronto Socorro... Vejam só, pessoal! O debate começou, estou achando muito mornos alguns debates aqui, mas quero esquentá-los, porque colocar saúde em segundo lugar só pode ser pela tentativa de concertação com as entidades do terceiro setor.

Pavimentação: prioridade número três, porque querem colocar o DCVU na SMSUrb, mas votaremos contra, eu vou votar contra. Estruturalmente, nós defendemos no passado, não aceitaram, querem colocar na SMSurb – está aqui, pavimentação, leia-se DCVU na SMSurb –, oportunismo eleitoral.

Assistência social. Ah, meu Deus! Se os moradores de rua pudessem ouvir o áudio, ouvir o que nós estamos falando aqui sobre a situação da quarta prioridade da LDO de Porto Alegre, assistência social... Virgem Maria!

Sobre o saneamento básico, eu não vou falar. Querem entregar o que dá dinheiro, que é o DMAE. Educação é a sexta prioridade. Temos um secretário autoritário, que não dialoga, que quer fechar turmas do NEJA, quer enturmar, que nem o governo do Estado. Está mal!

Cultura: não consegue colocar um café no Centro Municipal de Cultura, não consegue colocar um café no Capitólio e vem falar de cultura? Mas onde é que nós vamos parar? Eles estão de brincadeira!

Sobre esporte e lazer, eu vou deixar para o Ver. Bosco falar, porque, afinal de contas, eu não vejo esporte de várzea, não vejo clube de várzea. Quanto à iluminação pública, digo que foi passada de mão beijada para o investidor.

Finalmente, desenvolvimento econômico: se não conseguem resolver o problema dos ambulantes do Triângulo, vão conseguir resolver o problema do 4º Distrito, do acesso Norte do Porto Seco? Nem aqui, nem na China. Este governo pode fazer piruetas, Roberto Robaina, até o final do ano que vem... Não disse a que veio, não

fez o que devia fazer, não está fazendo nada, está enterrando Porto Alegre. Sobre desenvolvimento econômico, os outros estão fazendo, e nós estamos perdendo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLE nº 016/19.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Boa tarde, senhoras e senhores. Nós começamos, para quem está acompanhando, a partir de agora, as nossas discussões, justamente o processo de discussão da nossa Lei de Diretrizes Orçamentárias. Para as pessoas que não estão tão habituadas aos trabalhos desempenhados nesta época do ano na Câmara de Vereadores, a Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece justamente as ideias, as projeções ou programações, não em termos de recursos, mas em termos de projetos e programas dos gastos do governo para o ano que vem. Ou seja, é uma lei singela em que o prefeito e sua equipe colocam para a sociedade e para esta Casa Legislativa as suas intenções de despesas para o ano que vem; porém, os recursos são alocados é na Lei Orçamentária Anual, a que gera mais disputas, mais discussões – justamente a que tem maior volume de emendas. Mas eu gostaria de fazer um pequeno comentário neste momento de discussão a respeito do trabalho que está sendo desempenhado pela Prefeitura. O hábito de não encaminhar as minutas dos seus projetos à PGM está fazendo com que o governo passe uma vergonha enorme, gente! Nós temos um órgão consultivo nesta Casa Legislativa, a nossa Procuradoria. Os vereadores deveriam se ater um pouco mais a analisar os apontamentos dos nossos procuradores, porque aqui, sim, os projetos que entram nesta Casa Legislativa, depois de serem protocolados, de serem apregoados e de passarem pela Diretoria Legislativa, vão para a Procuradoria, onde ocorre uma análise técnica. E o nosso procurador, Guilherme Guimarães de Freitas, colocou alguns apontamentos: primeiro, o projeto tem vício de inconstitucionalidade no art. 4º, § 6º, por afrontar a Constituição Federal. A Constituição Federal, a lei máxima deste País! O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias fere a Constituição. Qualquer um formado em Direito poderia fazer esse apontamento, mas o prefeito não consegue, infelizmente. Segundo o apontamento, tem problema de redação no *caput* do art. 12, e o mesmo art. 12 também tem vício de inconstitucionalidade por não ter limitação para autorização de créditos suplementares – até eu, que não tenho formação jurídica, sei que este tipo de projeto precisa ter um limitador. Nossa! Continuando, no quarto apontamento: incompatibilidade do art. 23 com o disposto no art. 14 da LRF. Quinto, inconstitucionalidade do art. 26, inciso I, por violação do princípio de harmonia e independência entre os poderes, já que ele regra também o uso de recursos na Câmara de Vereadores. Sexto apontamento: incompatibilidade do art. 27 com o previsto no art. 21, parágrafo único, da Lei Complementar nº 07/73 do Município. E inconstitucionalidade do art. 34, § 1º, conforme disciplina a Constituição Federal.

Gente, uma Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é uma lei bobinha, é uma lei para dar um esqueleto à Lei do Orçamento que virá, com tanto problema jurídico, tanta barbearagem, o que está sendo feito no Paço Municipal, gente, não é sério. E o mais triste é que muitas das emendas apresentadas pela base governista não corrigem esses problemas. E o relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias é o líder do governo! O que este governo está fazendo? Que trabalho é esse, senhoras e senhores? Isso é uma vergonha, violando princípios constitucionais! Isso não é sério, não é esse tipo de trabalho que merece a capital dos gaúchos. Portanto, é bom que o Sr. Prefeito Nelson Marchezan Júnior coloque a mão na consciência e contrate alguém competente para não passar vergonha! Boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLE nº 016/19.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saúdo a Ver.<sup>a</sup> Mônica, nossa Presidente; os colegas vereadores e vereadoras; o público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. Estava lendo parte da Lei de Diretrizes Orçamentárias e, inclusive, concordando com o que o nobre colega Ver. Alex falou anteriormente: ela trata das metas e das prioridades do Poder Executivo, Legislativo Municipal, como também das diretrizes para elaboração e execução do orçamento no Município de Porto Alegre. Após a Lei de Diretrizes Orçamentárias, vem a Lei do Orçamento para nós votarmos até o final do ano. E, se não constar aqui na Lei de Diretrizes Orçamentárias, obviamente, o governo pode se negar a fazer qualquer execução daquilo que é apontando nessa peça. Aqui foram apresentadas várias emendas, e eu estava lendo, Ver. Alex, aquilo que V. Exa. acabou de falar. Realmente, é o parecer do procurador da Casa. Em tese, ele está dizendo que é inconstitucional, que existe uma série de inconstitucionalidades que, na verdade, inviabilizam – vamos dizer assim – até nós votarmos a peça orçamentária, tamanha a ousadia, ou tamanha a ficção que nós falamos aqui, praticamente todos os anos, quando vem a LDO. Pois eu estava observando que foi assinada a Emenda nº 02 por uma ampla maioria de vereadores, uma ampla maioria. E vou me deter à Emenda nº 02, porque creio que, na hora de votarmos, temos que observar todas as emendas destacadas, mas me chamou muito a atenção a Emenda nº 02, porque ela remete o governo a fazer a reposição dos funcionários públicos municipais dos últimos três anos em que não tiveram correção. Houve correção, mas não houve reposição. Faz três anos que o governo municipal não dá reajuste aos servidores municipais, e a Emenda nº 02 repõe esse assunto aqui para discussão na Câmara Municipal, para que, a partir de 2020, seja paga – pode até parcelar – essa correção não paga aos trabalhadores municipais. Depois, ele quer que os trabalhadores não façam movimentos de greve, não se rebelem contra o governo. Mas a Emenda nº 02 é clara e precisa para que o governo se planeje dentro dos recursos que tem, e vai ter muito recurso! Só o aumento do IPTU daria condições claras e precisas sobre o pagamento dessa reposição aos trabalhadores. Ele

mesmo havia falado isto: “Se aprovado o IPTU, nós poderemos conversar”. Ele manda a Lei de Diretrizes Orçamentárias sem nenhum compromisso a partir de 2020. Então, é lamentável, até porque nós percebemos que, em outras áreas que tratam da saúde, da habitação, da própria segurança, assistência social, ele não muda nada, não compromete nada dos recursos ora obtidos. Nesse sentido, se percebe que a direção do governo é aquilo que ele está fazendo, é terceirização, é abertura de concessões e privatizações. Nós vamos verificar, ao longo deste e do próximo ano, o governo Marchezan trabalhando nessa direção, desprestigiando o braço do servidor público, que trabalha, eu diria, 100%, como é o caso do SUS, portas abertas. Ele não quer mais isso, coloca de lado esse compromisso que tem enquanto gestor público e passa a fazer parcerias com a iniciativa privada, seja de organizações sociais e assim por diante. Infelizmente, o governo reproduz aqui uma visão do que ele poderá fazer ou está fazendo nos próximos anos. Lamentavelmente, se alguém quer dar recado ao governo, não é só se pronunciar contra; é votar contra isso, porque isso não deixa de ser uma peça de ficção, até porque o próprio procurador da Casa está dizendo da tamanha inconstitucionalidade desta peça. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLE nº 016/19.

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** Boa tarde, prezada Presidente Mônica Leal, colegas vereadores e vereadoras. Ver.<sup>a</sup> Cláudia, a senhora está discutindo pela primeira vez a LDO e mesmo o Orçamento. Eu gostaria de repetir o que eu sempre disse, nesses 14 anos, 15 anos em que estive aqui: este momento da Lei de Diretrizes Orçamentárias eu considero que é um dos momentos mais importantes do Legislativo Municipal. E aí, Ver. Goulart, não é só analisar o que vai acontecer no futuro, mas analisar o que foi realizado do ano anterior, porque nós aprovamos projetos aqui. O jornal Zero Hora coloca nas primeiras páginas, sempre quando nós aprovamos o Orçamento, falo do jornal Zero Hora me referenciando ao mundo jornalístico, colocam ali: “R\$ 7,6 bilhões de investimento para a cidade de Porto Alegre”, mas nunca colocam quanto foi realmente realizado. E eu queria vir aqui, vereadores de todas as bancadas e de todos os partidos, fazer uma sugestão para que a gente faça um pacto dos diversos temas. Eu vou sugerir aqui sobre o tema que eu mais trabalho, que é o tema organização da cidade e o tema habitacional. A prioridade, no ano passado, na LDO, foi habitação. O Município conseguiu realizar algum projeto habitacional? Não. Hoje pela manhã, eu estive com o Mário Marchesan, diretor do DEMHAB. E ele disse: “Nos ajude a fazer vir o dinheiro do governo federal para realizar as 320 unidades habitacionais aqui na Tronco que nós anunciamos há poucos dias”. Portanto, ninguém faz habitação numa cidade como Porto Alegre se não tiver um alinhamento político com as três esferas. Então, eu aproveito aqui, este momento, e quero fazer um convite a todos os colegas vereadores e vereadoras. Nesse período em que eu fiquei fora da Câmara, com a pessoa

jurídica que eu tenho na área de engenharia, junto com outros aliados e junto com as cooperativas, nós construímos, em Porto Alegre, e estamos construindo, 2.600 unidades habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida. Então eu quero dizer para o senhor, que é líder do governo, Ver. Mauro, já sugerimos mais de uma vez, que nós somos aliados para montar um programa habitacional na cidade de Porto Alegre. Tem temas que não são só da oposição ou da situação, saúde, educação, mas tem que aceitar sugestões. E aqui está o exemplo, lá na Av. Juca Batista, nº 6.500. Sabem quanto tempo nós levamos para construir essa obra? Em 18 meses, nós construímos 1.080 unidades habitacionais. Elas têm 5,7 metros quadrados a mais do que exige o Programa Minha Casa, Minha Vida, os materiais são todos de primeira linha. Esse projeto e essas unidades habitacionais são para famílias com renda de até R\$ 1,8 mil e são melhores do que as que a Tenda e a MRV vendem por R\$ 170 mil. E agora, no dia 4, sexta-feira, às 10h, será feita a entrega desse projeto aos moradores. É óbvio que lá estarão todas as representações institucionais, o prefeito vai estar lá, o governo do Estado, o ministro do desenvolvimento vai estar lá. E nós queremos transformar esse programa num programa de Estado. Tem que se tornar um programa de Estado. E, para isso, tem que ouvir essas sugestões. E eu trago aqui o convite a cada colega vereador e vereadora para que conheça essa potencialidade que existe, e dizer que isso aí não foi uma coisa fácil. E aí, Ver. João Carlos Nedel, qual é o grande problema a nós encontramos nesses projetos? É aprovar os projetos. Esse projeto para dar início à obra levou quatro anos para ser aprovado. Então, quando nós discutimos a LDO, como é que nós vamos apostar em programas habitacionais, se a estrutura do Município leva quatro anos para aprovar um projeto e liberar para ele ser construído? Não tem orçamento que consiga se realizar, mesmo querendo. Nesse caso habitacional, Ver. Mauro, o governo não conseguiu realizar o programa que foi aprovado no ano passado. Portanto, o exemplo que nós estamos construindo com as cooperativas, nesse caso a Coohadil e o IPES, é um bom exemplo para a cidade de Porto Alegre. Convidamos todos os colegas vereadores e vereadoras para fazemos um pacto na LDO e no Orçamento para viabilizar os projetos habitacionais e não deixarmos que as famílias sejam despejadas. Um grande abraço, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mendes Ribeiro assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Obrigado, Ver. Engº Comassetto. Estão suspensos os trabalhos para organizarmos a votação do PLE nº 016/19 e emendas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h30 min.)

**VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB) – às 15h32min:** Estão reabertos os trabalhos.

A Ver. Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLE nº 016/19.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Ver. Mendes Ribeiro, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, a apresentação das Diretrizes Orçamentárias envolve uma área que é pouco levada a um maior destaque em termos financeiros, que é a área animal. Hoje vemos a importância de termos essa preocupação, mesmo que haja essa proposta de terceirização. Participamos da apresentação de exemplos, destaques, levantamentos, para que, à medida que for reaberto o Hospital Veterinário, estejam dentro dessas diretrizes um número suficiente para atender a capital em termos de controle populacional. Isto é uma grande preocupação, tendo em vista o que está acontecendo na Ilha dos Marinheiros, onde em torno de 600 animais estão sem um programa, que é também resultante do fato de o Estado não ter essa preocupação ao longo dos anos no licenciamento, apenas tendo diretrizes para animais silvestres.

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** V. Exa. permite um aparte?

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Claro, V. Exa. me honra com seu aparte. Eu gostaria muito de ouvir sua posição a respeito do assunto.

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** Prezada Ver.<sup>a</sup> Lourdes, o tema que a senhora traz é extremamente importante, que é a saúde animal, que também diz respeito à saúde humana. E eu quero me referir aqui ao Centro de Zoonoses lá da Lomba do Pinheiro, que precisa ser reestruturado, porque a quantidade de animais abandonados que nós temos pela cidade é imensa. E não há mais o direcionamento desses animais para o Centro de Zoonoses e também para o hospital. A senhora conte com o nosso apoio no sentido de buscar algumas emendas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e mesmo no orçamento, para que possamos potencializar essas estruturas existentes. Muito obrigado.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Realmente, a área que se tornou unidade médica veterinária necessita, sim, de aumento de atendimento tendo em vista que a capital tem um milhão e meio de habitantes e próximo de 800 vilas com animais procriando. Para isso, nós temos que dar esse apoio para que a área receba esses diretrizes e tenha valor suficiente para atender. Tendo em vista essa proposta de descentralização, em que poderá ocupar os consultórios, nós temos uma projeção, apresentamos a área que tem essa responsabilidade visando contribuir e mostrar a realidade, não adianta o paliativo. Para isso, nós também temos que abranger e envolver o Estado nos seus licenciamentos. Hoje, nós temos uma grande preocupação: tudo está documentado quanto aos animais silvestres; porém, o que se vê nessas áreas são animais domésticos que não estão contemplados em nenhum licenciamento. Nós apresentamos projetos aqui justamente para evitar esse clamor, esse problema recém-falado pelo Ver. Engº Comassetto, que são as zoonoses. O animal que não está cuidado, que está

procriando, pode levar a doenças que podem levar a óbito, como a leishmaniose e outras doenças – as chamadas zoonoses.

Então nós temos que ter um olhar também para a saúde pública em decorrência dos animais. Temos que frisar isso, porque logo virá outra peça orçamentária, a LOA, e nós vamos ter que trabalhar essa parte com mais empenho, tendo em vista que, até o momento, não saiu ainda o edital para essa terceirização. É isto o que nós queremos deixar registrado: essa preocupação da procriação, do abandono deve ser considerada, em políticas públicas, visando à saúde pública. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Muito obrigado, Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo e outros, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 06 ao PLE nº 016/119.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim e outros, solicitando que sejam votadas em destaque as Emenda nºs 10, 11 e 12 ao PLE nº 016/119.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol e outros, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 09 ao PLE nº 016/119.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal e outros, solicitando que sejam votadas em destaque as Emenda nºs 03, 04 e 05 ao PLE nº 016/119.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa e outros, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 02 ao PLE nº 016/119.

Apregoo o Termo de Anuência firmado pelas lideranças dos partidos – DEM, NOVO, PDT, MDB, PP, PRB, PSDB, PT, PTB, REDE, PSD – relativo à Emenda nº 06 ao PLE nº 016/19, como segue. (Lê.) “As Lideranças abaixo firmadas vêm consignar a sua anuência para que seja efetuada a seguinte alteração na Emenda nº 06 ao PLE nº 016/19, processo nº 0414/19, que dispões sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020, conforme segue: ‘I – Na Emenda nº 06, fica substituída a expressão ‘e aptas com o município para receber recursos sob forma de subvenções, auxílios ou contribuições’ pela expressão ‘municipal’.”

O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLE nº 016/19.

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** Boa tarde a todos e a todas; hoje, pela manhã, na reunião de líderes, foi trazido, foi consenso, a ideia de iniciarmos aqui a discussão da LDO. Talvez entremos ou não na discussão das emendas que foram rejeitadas, mas, de qualquer forma, a emenda que fizemos e, quando digo “nós” estou falando em, talvez, pelo menos, vinte vereadores que assinaram a emenda que prevê a reposição da inflação aos servidores e às servidoras do Município. Três anos sem reposição da inflação. O motivo para rejeitar a emenda na CEFOR foi

“inexistência de recursos - não temos recursos para custear o reajuste da inflação”. Primeiro ponto é que a Câmara concedeu para si, para os servidores da Câmara e para os parlamentares, homens e mulheres, o reajuste da inflação. Então, me parece, no mínimo, um ato, eu diria, de solidariedade, porque vejam que a emenda não engessa, e nem poderia engessar, o Executivo a dizer como faria a reposição da inflação destes três anos em que não repôs. Ou seja, poderia abrir a tão famosa mesa de negociação, quero lembrar aqui uma Tribuna Popular em que, a pedido do Simpa, foi solicitada uma abertura de negociação para tratar da reposição da inflação; sequer o diálogo, sequer a conversa foi feita. E aqui se coloca a diretriz orçamentária de reposição da inflação mesmo sabendo que o governo pode fazer uma proposta que inclusive extrapola o próprio término do governo Marchezan. Mas se a justificativa é a falta de recursos, eu trago aqui, e agradeço a lembrança da assessoria, os dados de que no quadrimestre fechado agora em agosto, dados da própria Prefeitura, do *site* da Secretaria da Fazenda, mostram que o investimento em pessoal ficou em 46,26%, e 46,26% está longe, muito longe, do percentual de alerta estabelecido pelo Secretaria do Tesouro Nacional que é de 48,60%. Então, estamos longe do alerta, estamos muito mais longe do limite prudencial que é de 51,30%, ou seja, estamos com 46,26%, obviamente que muito longe do limite máximo que seria 54% do orçamento para investimento em pessoal. Se esse debate tivesse alguma racionalidade – e eu começo a desconfiar, nesse segundo mandato que estou na Câmara, de que não tem essa racionalidade que merece o tema –, a falta de recurso não poderia ser a justificativa para a rejeição da nossa emenda. Repito: estamos aqui com os dados da Secretaria da Fazenda, compromisso com investimentos, que alguns preferem dizer despesa de pessoal, é de 46,26%. Então sequer estamos próximos do limite que alerta, muito mais longe ainda do limite prudencial e muito mais longe ainda do limite máximo de comprometimento do orçamento com investimento em pessoal. Então realmente fica difícil de falar alguma coisa quando os dados trazidos pela própria Prefeitura contradizem as justificativas para a rejeição da nossa emenda. Repito: quando digo nossa, não vou conseguir ler todos aqui, mas a bandada do PSOL, do PT, do PDT, do PSB, do PTB, do Solidariedade, do PP, eu diria que praticamente todos os vereadores, todas as bancadas concordaram com a emenda que prevê a reposição da inflação aos servidores e servidoras do Município. Então fica difícil compreender mesmo o que significa a LDO e o que significa a rejeição de uma emenda tendo aqui os dados que comprovam que não há nenhum fundamento para essa justificativa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Obrigado, Ver. Marcelo Sgarbossa. Não há mais quem queira discutir a matéria. Convido os líderes a se aproximarem da Mesa.

Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h45min.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB) – às 15h46min:** Estão reabertos os trabalhos.

Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 016/19. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Caro Ver. Mendes Ribeiro, conduzindo os trabalhos nesta tarde, colegas vereadores e vereadoras; colegas, é o mínimo que nós podemos fazer na defesa do serviço público de qualidade na cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. A cidade é e está carente, carecemos de tudo, não temos condução efetiva em algumas pontas do governo: o governo está sem procurador-geral efetivo, só há adjunto há tempos. Precisamos de projetos que tenham consistência técnica, jurídica. Nós temos visto projetos que querem atacar o servidor público, tem um agora que ataca diretamente a Secretaria da Fazenda. Nós estamos aqui para dizer que reponham o mínimo, a inflação, ou seja, a nossa defesa é clara e cristalina pelo servidor público municipal. Nós, a Câmara de Vereadores, somos solidários com as campanhas estaduais, agora com os técnicos da Justiça do Trabalho que estão em greve, o Sindijus, solidariedade total. Mas, neste momento, a nossa emenda tem preocupação com a reposição da inflação para os servidores da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Não é um debate sindical, o debate sindical eu deixo para o Simpa, para o Sindicato dos Enfermeiros, para o Sindicato da Saúde, que representam sindicalmente os nossos servidores. Eu estou aqui para mostrar que uma cidade só vai para frente quando tem um corpo funcional com condições efetivas de trabalhar, com reposição da inflação para manter aquele mínimo dos mínimos possível, Ver. Cláudio Janta, não estamos pedindo nada mais. Nada mais, apenas a pura e simples reposição da inflação, Ver. Ferronato. V. Exa., que é um contador, um auditor, um estudioso, sabe muito bem a importância que tem essa questão do serviço público de qualidade, as pessoas receberem o salário em dia, terem a reposição da inflação. Por isso que nós estamos aqui, para apelar a todos os 36 vereadores, Oliboni, Comassetto, Sgarbossa, para que nós possamos ajudar o serviço público, manter e incrementar a qualidade do serviço público, e assim termos uma cidade de futuro; sem serviço público de qualidade, não há futuro na cidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Muito obrigado, Ver. Adeli Sell. Uma das coisas que eu aprendi foi hierarquia, pergunto se o vice-presidente, Ver. Reginaldo Pujol, quer assumir os trabalhos.

**VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM):** V. Exa. está conduzindo tão bem os trabalhos que eu acho que deve levá-lo até as últimas consequências.

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Muito obrigado, nosso vice-presidente, Ver. Reginaldo Pujol, que esteve de aniversário ontem.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 016/19.

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD):** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, Ver. Adeli Sell, Ver. Marcelo Sgarbossa, eu assinei esta emenda e vou votar a favor dela, só tem um probleminha: o Supremo Tribunal Federal julgou agora, dia 26 de setembro, que os municípios, para dar reajuste, o darão, se o quiserem. Em todos os municípios brasileiros, estados e União, a choradeira é uma só: não tem dinheiro. A justificativa está pronta, está feita. Eu quero só fazer um alerta aqui, que não vai adiantar votarmos e aprovarmos a emenda, vai ter que ter muita luta dos municipais de Porto Alegre.

Na semana passada, eu fui nas secretarias da Educação e da Saúde e tinha urnas do Simpa na sua eleição dos municipais de Porto Alegre. Para minha surpresa, tem três chapas disputando o Simpa: chapa 1, 2 e 3.

No momento, não sou eu, não sou ninguém para ensinar nada para ninguém, mas a minha experiência sindical já me mostrou que, em alguns momentos, nós temos que dar uma recuada, principalmente quando o capital se fortalece muito mais do que o trabalho. Então eu quero dizer que, mais do que nunca, é imprescindível a união da categoria dos municipais de Porto Alegre. Mais do que nunca vai ser decisivo a união dos municipais para conseguir repor essa inflação, que não foi repostada até agora. Em nenhum momento, e isso eu cansei em dizer, foi acionada a justiça, porque até esta decisão do Supremo Tribunal Federal era obrigatório a concessão de reajuste para os servidores.

Então, eu quero dizer que a luta dos trabalhadores do Município de Porto Alegre é árdua. Eu não entendo muito de transporte, eu não entendo muito de segurança, eu não entendo muito de saúde, eu não entendo muito de educação, agora, de luta sindical eu me forcei, desde os 16 anos de idade, quando eu fiz a minha primeira greve, em 1979.

Eu quero dizer que, mesmo nós aprovando esta emenda, não tem nada garantido em função da decisão do Supremo Tribunal Federal. Então, é imprescindível, neste momento, a unidade das direções dos municipais de Porto Alegre, é imprescindível, neste momento, seja quem seja o vitorioso nas eleições do Simpa, a unidade de toda a categoria, de todos os segmentos, de todos os setores do municipais de Porto Alegre para conseguir o seu reajuste, independentemente de ser aprovado nesta Casa, tem uma decisão superior, anterior a nossa decisão, que libera os governos de repor a inflação. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Obrigado, Ver. Cláudio Janta. O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 016/19.

**VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB):** Meu estimado colega, Ver. Mendes Ribeiro, senhores vereadores, senhoras vereadoras, vereadores da nossa bancada, Lourdes, Idenir Cecchim, acho que essa é uma discussão extremamente oportuna, quanto mais em um ano às vésperas da eleição. A tribuna tudo aceita, assim como o papel! E como diz o ditado popular: de boas intenções, infelizmente, o inferno está cheio! O ex-ministro Tarso Genro, do PT, partido do Ver. Adeli Sell, num determinado momento, estabeleceu o piso da educação. Todo esse discurso de valorização do servidor público, de remuneração adequada, tudo isso foi repetido aqui, Ver. Ferronato. Assumi o governo, aplicou o piso da educação? De novo, há uma diferença enorme entre fazer discurso aqui na tribuna e ser o gestor. Eu fui gestor, ordenador de despesa desta Casa no ano passado. Na oportunidade que tive, concedi o reajuste da inflação, porque, assim como disse o Ver. Cláudio Janta, eu acho que é um direito do trabalhador. Agora, é um direito do trabalhador quando é possível atender. Vamos fazer uma comparação com a iniciativa privada, Vitorino. Eu dou dono de uma lojinha, tenho dez funcionários. Dali da minha empresa, de um minimercado do Ver. Mauro Pinheiro, sobrevivem 50, 60 famílias. Nós vivemos num período de estagflação, que não é nem inflação, nem depressão, nem recessão, não cresce a economia, não tem aumento de faturamento – como é que vou dar aumento salarial? Vou tirar dinheiro de onde, gente? Bom, mas a viúva tudo pode. Criou-se no Brasil essa ideia que do Estado é possível tirar tudo. Eu me lembro da parábola da galinha dos ovos de ouro, de La Fontaine: um cidadão achou uma galinha que colocava ovos de ouro, ficou encantado com aquilo, começou a tirar os ovos da galinha e enriqueceu. Mas, num determinado momento, achou que precisava saber qual era o mecanismo que tinha dentro da galinha que dava os ovos de ouro; abriu a galinha para tirar o mecanismo de dentro – matou a galinha. A visão que parece que alguns políticos têm do Estado é essa, que o Estado é a galinha dos ovos de ouro e que é possível cada vez tirar mais.. Olha que bonito colocar na lei que tem que ter reajuste de acordo com a inflação, quando, na verdade – aí entra a coisa séria para discussão do ano que vem –, nós estamos gastando, por mês, em Porto Alegre, R\$ 233 milhões com folha de pagamento. Eu não estou falando dos R\$ 60 milhões que custou a orla aqui, não estou falando de R\$ 80 milhões, que é o que vai custar o segundo trecho da orla uma vez, estou falando de R\$ 233 milhões por mês, senhoras e senhores – por mês! Um prefeito de Porto Alegre que dispusesse – não estou falando dos 12 meses por ano, ao longo de quatro anos – somente uma vez dos R\$ 233 milhões mudaria a cidade para sempre, eleger-se-ia governador do Estado e Presidente da República, se fizesse essa mágica, mas não tem, Ver. Bosco, por quê? Porque todo santo mês, do dinheiro do contribuinte, R\$ 233 milhões vão para pagar uma folha de 30 mil servidores, ficando de fora dessa conta 1,47 milhão porto-alegrenses.

Então, por mais que eu queira e mais do que queira, mesma que eu tenha sido, no ano passado, criticado aqui pela Zero Hora, pela Rádio Gaúcha, porque dei a reposição da inflação, eu tenho certeza, com a minha consciência, que, para o ponto de vista dos trabalhadores desta Casa, eu fui um dos melhores presidentes, com todo o respeito aos outros, ao Cassio, ao Mauro, que foram grandes presidentes, mas eu procurei ser um bom presidente para os funcionários desta Casa, e tem legados aqui,

que daqui uns dias nós vamos inaugurar, tem coisas que a gente não consegue dar – tem coisas que a gente não consegue dar! Vai ter um Centro de Convivência aqui para nós, para os vereadores, para os trabalhadores daqui uns dias, tem coisas que a gente não consegue dar! É fácil vir para cá e mentir! Se for vir para cá e mentir para as pessoas, ou ir para uma TV fazer um programa um debate qualquer no futuro e mentir, não contem comigo. Infelizmente, esse é um dos vícios da política: as pessoas querem ouvir uma história bonita, ou uma mentira. Está aí o governador, com todo o respeito que tenho, mas Sartori fazia um grande trabalho, ele disse que era só uma questão de ajustar o fluxo de caixa, está conseguindo pagar as pessoas em dia? Não, porque isso é matemática, Ver. Mauro Zacher, é matemática, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, não é? Então, não adianta fazer aqui cumprimento com chapéu alheio, como está fazendo o vereador de dizer que é um absurdo, também acho um absurdo não receber aumento, mas vamos comparar com a iniciativa privada, que tem 14 milhões de desempregados. Então, entre não conseguir não ter um aumento, porque não tem dinheiro no caixa, e pelo menos ter a estabilidade, não perder o emprego, numa situação de crise como essa, a gente precisa, infelizmente, fazer as escolhas de Sofia – não da Sofia Cavedon.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Nobre Presidenta, V. Exa. esteve acompanhando o movimento, desde a semana passada, quando tivemos aqui uma audiência pública sobre a extinção do IMESF pelo Supremo. Teve audiência pública, depois, teve a reunião com V. Exa. Naquela ocasião, também houve o comprometimento de V. Exa. de, além de convidar o prefeito, receber das lideranças sindicais o abaixo-assinado que eles estavam efetivando. Essas lideranças do Sindisaúde, do Sindicato dos Enfermeiros, enfim, várias entidades estão aqui presentes. Então, nós estamos fazendo um requerimento para que eles possam adentrar o plenário, para que a senhora receba, então, esse abaixo-assinado, para poder só efetivar, a não ser que a senhora queira receber na Mesa Diretora, mas eles estão aqui e estão se propondo a entregar o abaixo-assinado aqui no plenário, *o.k.*? Muito obrigado.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Ver. Oliboni, assim que nós concluirmos a votação da primeira emenda, eu receberei.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 016/19.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE):** Sra. Presidente, Ver.<sup>a</sup> Mônica, demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste na TVCâmara e nas galerias. Para o senhor e a senhora que estão nos assistindo em casa, nós estamos hoje votando a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias. O Município de Porto Alegre tem três leis: o Plano Plurianual, que é a previsão para os quatro anos do que vai se fazer na

cidade, aquilo que o governo prometeu durante a campanha e, depois, através do Plano Plurianual, ele faz o projeto dizendo o que vai fazer nos quatro anos. Depois, anualmente, nós votamos aqui as diretrizes orçamentárias e, depois disso, votamos o orçamento anual propriamente dito, que é a previsão do que vai se fazer no ano seguinte, tanto a diretriz orçamentária como o orçamento, que será votado após as diretrizes, que nós chamamos aqui de LDO. Nós estamos votando uma emenda, diversos vereadores a assinaram, não vou citar os nomes, é de um grupo grande de vereadores, fizeram uma emenda ao orçamento que foi enviado pelo Município de Porto Alegre, pelas secretarias.

A Emenda nº diz da reposição de índices inflacionários devidos nas datas bases do exercício de 2017, 2018 e 2019. Ver. Cassio, se nós estamos votando a LDO, que é a previsão das diretrizes para o ano de 2020, como vamos fazer uma emenda nas diretrizes de 2020 para anos anteriores a 2020? Então, está completamente equivocada a emenda, a diretriz está tratando do ano de 2017, 2018 e 2019, e nós estamos votando as diretrizes para o ano de 2020. Então, a emenda deveria ser prevendo diretrizes para o ano de 2020, Ver. Valter, e não para ano de 2017, 2018 e 2019, que já são passados. A diretriz é o que se pretende fazer no próximo ano. Então, está totalmente equivocada a Emenda nº 02.

Sem contar que politicamente também ela prevê um gasto, seria mais de R\$ 400 milhões, em torno de R\$ 432 milhões para o Município de Porto Alegre, para o ano de 2020. Em primeiro lugar, não teríamos recurso. Se o governo tivesse a intenção de discutir e de pagar o passado através da inflação, de uma lei que é inócua, também poderia estar prevendo. Então, essa emenda está totalmente equivocada, ela está no local errado, com as datas erradas. Então, por isso ela foi rejeitada no meu parecer, eu sou o relator das diretrizes orçamentárias, desta lei. Estamos aqui pedindo que os vereadores votem pela rejeição da emenda, porque, como já disse anteriormente, está totalmente equivocada.

Em segundo lugar, também há a questão de que há uma previsão no Município de Porto Alegre de todos os anos o Município deveria pagar a inflação. O Município já não paga essa inflação, essa lei que prevê a inflação aos servidores públicos desde 2017, Ver. Adeli Sell, justamente porque tem que se fazer escolhas, e nós não temos recursos para tal. E também certamente o sindicato não entrou na justiça, porque sabe que não ia vencer por ser ilegal, já foi julgado no STF. Outros municípios tentaram obrigar o Município a fazer esse pagamento sem a sua previsão e sem a sua vontade e já perderam no STF. Portanto, peço a compreensão dos vereadores para que votem contrariamente a esta emenda, tendo em vista que ela está totalmente equivocada pela Lei das Diretrizes Orçamentárias. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 016/19.

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, volto à tribuna, acabei de falar há pouco sobre o mesmo assunto, porque acho que o debate, como falei antes, tem que ter alguma racionalidade. O Ver. Mauro Pinheiro diz que não pode fazer, na LDO do ano que vem, previsões para o passado. É óbvio, é óbvio. Nós só podemos prever para o ano que vem o pagamento daquilo que não foi pago no passado. Não tem como nós fazermos uma LDO de 2017 agora. Cada ano tem o seu orçamento. Não é possível, não há lógica no que acabou de ser dito aqui na tribuna. Agora, nós podemos, sim, prever na LDO, que é a proposta da nossa emenda, a previsão de pagamento dos reajustes inflacionários de 2017, 2018 e 2019. É totalmente lógico. E quero aqui fazer a lembrança, agora identifiquei todas as assinaturas e aqui temos muitos vereadores, PSB, PDT, PTB, PP, PSOL, PT, enfim, praticamente todos os partidos estão aqui, o DEM, que assinaram aqui como autores dessa emenda. E aí eu preciso lembrar, novamente, talvez sem sucesso, porque acabei de falar esses dados, baseado nos dados que a Secretaria da Fazenda aponta, no último quadrimestre que fechou em agosto, o nosso investimento com pessoal, porque todos nós sabemos que investir em pessoal é fazer girar a economia, ainda mais numa cidade como Porto Alegre, uma capital, e ainda mais se tratando de servidores públicos e servidoras públicas, que é uma grande característica da nossa cidade. Então, quando você retira esse recurso, não paga o reajuste inflacionário aos servidores e às servidoras, você está desaquecendo a economia, como gostam de dizer aqui alguns certos economistas. Pois bem, o investimento em pessoal ficou em 46,26%. A Secretaria do Tesouro Nacional coloca como limite de alerta 48,60%. Nós estamos praticamente dois pontos abaixo do limite de alerta. Depois do limite de alerta de 48,60%, temos o limite prudencial: 51,30%. Lembrando que nós estamos com 46,26%; ou seja, nós estamos longe, Ver. Valter, não sei se o senhor escutou essa minha fala, do limite de alerta, estamos longe do limite prudencial e estamos mais longe ainda do limite máximo, que seria de 54%.

Portanto, dinheiro tem! Dinheiro tem, e estou usando os dados da Secretaria da Fazenda do Município. Aí fica a decisão política do prefeito. Agora, o motivo que o relator usou para rejeitar a nossa emenda na Comissão de Finanças foi de que não há recursos. Esse é o velho mantra do governo Marchezan, que serve para tudo. Inclusive – e aí é o incrível - usa o mantra quando a própria Prefeitura mostra que tem recursos, que está longe do limite de alerta, do limite prudencial e do limite máximo. Então, como disse antes, fica difícil ter alguma racionalidade para fazer esse debate quando fogem dos números apresentados pelo próprio Município.

Fica o nosso lamento, nós lutaremos e esperamos que essa emenda seja aprovada, mesmo tendo sido rejeitada na comissão, seja aprovada e fique como diretriz. Quero lembrar que nós aqui não estamos engessando o Executivo a dizer como fará a reposição da inflação. Ele sequer abriu a mesa de negociação sobre esse tema com os servidores e servidoras do Município. Se vai repor parceladamente ou de qualquer outra forma, esse é um ajuste que cabe ao Executivo Municipal.

Parece-me que nós, aqui na Câmara Municipal, a Câmara que se concedeu o reajuste da inflação, tem o dever moral de apoiar essa emenda e fazer com que o prefeito sente e negocie a reposição da inflação de 17,18 e 19. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 016/19, pelo governo.

**VEREADOR VALTER NAGESLSTEIN (MDB):** Ver. Sgarbossa, eu compreendo e vejo que, nos últimos anos, especialmente a partir da reforma do ano passado, da reforma trabalhista, quando grande parte do recurso compulsório da contribuição sindical se esmoreceu, acabou, mas talvez até antes disso, determinados partidos tenham, no seu foco de atuação, a defesa das corporações do serviço público. Eu volto a dizer, de novo, eu acho que o serviço público é importante, eu acho que, em alguns setores, ele deve ser muito valorizado e qualificado. Mas nós precisamos fazer justiça social. Justiça social indica, para mim, que é preciso dar a cada um, na medida das suas diferenças, o seu tamanho. A sociedade não pode entregar tudo para o serviço público e não ter nada para entregar para a sociedade. O senhor está comparando coisas que são absolutamente incomparáveis. Primeiro, o senhor comparou o orçamento da Câmara Municipal de Vereadores com o orçamento do Executivo. A Câmara vive do duodécimo, tem 600 trabalhadores, funcionários e um orçamento de R\$ 170 milhões. O Executivo tem 30 mil funcionários e um orçamento de R\$ 7,5 bilhões. Ele está comparando essas duas coisas, gente. Então, não é correto alguém que compara coisas absolutamente diferentes dizer que uma tem de ser exatamente igual a outra. Primeiro erro das premissas do vereador que quer induzir a um raciocínio errado. Segundo erro, vereador. O senhor nunca compôs a Comissão Finanças e Orçamento, e eu até entendo. O que não entendo é como um vereador, que eu atribuo ser um vereador de qualidade, que já está há mais de um mandato aqui na Câmara, não saiba olhar a peça orçamentária. Desculpe-me dizer isso. Quando o senhor está falando que 46% é o comprometimento da receita com a folha, o senhor está deixando de fora dessa conta toda a administração indireta. Então, a folha do DMAE o senhor não está botando nessa conta; a folha da EPTC não está botando nessa conta; a folha da Carris não está botando nessa conta. Pior do que tudo isso, o senhor não está computando, nessa questão, os R\$ 970 milhões de débito previdenciário anual do Previmpa, do fundo de partição simples. Tudo isso é gasto do dinheiro do povo de Porto Alegre com o funcionalismo público, que tem de ser valorizado, que precisa ser bem remunerado, mas na medida das possibilidades do Tesouro. Volto a dizer aqui: um funcionário de uma empresa privada, se a empresa está mal, ela fecha e as pessoas ficam sem emprego. Essa é a lógica perversa, pode ser, mas essa é a realidade, a dura realidade da vida como ela é. Se nós estamos vivendo num período de vacas magras, numa crise que poucas vezes o Brasil viveu igual, entre outras coisas fruto da irresponsabilidade e da corrupção, que nós

sabemos por quem foi levada a cabo em 16 anos de malversação de recurso público. Não adianta querer tirar dinheiro, nem leite de pedra, se não tem, não tem. Agora, o vereador dizer aqui: que não, que estamos longe, porque é 46% o comprometimento, quer dizer, quer continuar enfiando uma faca, sangrando, ou tirando de dentro da galinha dos ovos de ouro a capacidade de ela gerar os ovos de ouro. Entregar só para uma parcela da sociedade, porque está fazendo discurso de clientela. Isso é aquilo que a esquerda, ao longo do tempo, Ver.<sup>a</sup> Karen, mais criticou, o clientelismo, que tem vários tipos, esse é um deles. “Eu discurso para a minha clientela, eu discurso para o meu público, o resto que se exploda”. Os R\$ 1.470 milhão de porto-alegrenses que se explodam. Mas eu não estou querendo falar contra os 39 mil servidores, que eu volto a dizer, precisam ser valorizados. Agora, tem que diminuir essa equação. Na casa da gente, se fosse aplicado isso, não fechava essa conta. O senhor que é economista, Ver. Mauro Zacher, não fechava essa conta na sua casa, na sua empresa. E se não fecha na casa da gente, se não fecha na empresa, não tem como fechar no Estado. Alguma coisa vai ficar de fora dessa conta. O que vai ficar de fora? As crianças nas creches, o estado das ruas, a manutenção das praças, o tratamento do esgoto, a poda das árvores. Tudo isso fica de fora...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**VEREADOR VALTER NAGESLSTEIN (MDB):** ...porque não sobra. Ou, então, a gente olha para o futuro e diz o seguinte: nós vamos ter um serviço público extremamente qualificado, com 15 mil pessoas, com ferramentas de controle, que vão exigir de quem presta serviço para o poder público, aquilo que a sociedade deseja e nós vamos fazer a cidade que se quer ou nós vamos fazer a advocacia de clientela: eu vou encher o poder público de gente que vai contribuir para o meu sindicato e vai votar em mim. E aí a minha advocacia partidária vai ficar muito bem. É uma opção que nós vamos ter que fazer. Agora, se eu pudesse dar a reposição inflacionária desses últimos anos, ótimo, que bom, se a realidade fosse outra. Eu tenho que raciocinar e agir como ente político e homem público responsável, de acordo com a realidade que eu tenho que está posta na minha frente, volto a dizer, não se pode cumprimentar com o chapéu alheio, e esse chapéu é da sociedade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 016/19.

**VEREADOR MAURO ZACHER (PDT):** Vereadores e vereadoras, eu me sinto na obrigação de vir a esta tribuna defender esta emenda proposta que tenta reparar, porque, ao longo desses três anos, o governo apertou os servidores com a justificativa

de que tinha um apocalipse nas contas do Município. Alguns vereadores que me antecederam ao bom debate aqui justificam com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que o momento das finanças não permitiria que o Município fizesse isso; mas são os mesmos que eu não verei aqui nesta tribuna questionando o aumento das tarifas ou o aumento dos impostos, como o aumento do IPTU, que foi trazido aqui – chegará nas casas dos senhores e das senhoras no final do ano. Quer dizer, a Casa aqui aprovou, contra o meu voto e de alguns vereadores, a atualização, que nada mais é do que o aumento de arrecadação, de imposto. O governo aqui, com a sua maioria – e eu chamo de ditadura da maioria o que nós vivemos nesta Casa –, retirou direitos: perdemos a segunda passagem gratuita, tivemos aumento das tarifas dos ônibus, aumento das tarifas municipais, e não há nenhum questionamento no que diz respeito ao aumento da receita. Nada mais justo do que nós repararmos os nossos servidores, haja vista que, diante deste governo, com a maioria desta Casa, perderam direitos históricos conquistados ao longo das suas carreiras. Esta Casa, então, conseguiu conceder aos seus servidores e a nós mesmos, vereadores, a reposição da inflação. Eu não vejo motivo pelo qual nós não venhamos a apoiar a emenda, não venhamos a abrir um diálogo de pressão perante o governo municipal para que venha a cumprir aquilo que já está garantido em lei. Até me surpreende o fato de os órgãos fiscalizadores não virem para cima do prefeito e não cobrarem o fato de sequer o Município estar cumprindo a reposição inflacionária. Então, eu queria dividir com os colegas que estão usando a tribuna, das bancadas, que a aprovação desta emenda, Ver. Marcelo Sgarbossa, permite nós construirmos um cenário ou um caminho para que possa ser garantido no orçamento e, efetivamente, ser cumprido pelo Município. Isso aqui não é nenhum privilégio, isso aqui não é chapéu alheio; pelo contrário, isso aqui é obrigação nossa. Não pagar a reposição inflacionária é nós estarmos tirando lá do servidor, que está trabalhando, que está cumprindo a sua missão, aquilo que a inflação está consumindo dele ao longo do ano. Quer dizer, não vejo motivo de esta Casa não ter compreensão, e aqui eu faço este debate franco com os colegas, haja vista os números trazidos pelos vereadores que me antecederam. Primeiro, a lei de responsabilidade, estamos muito longe de alcançá-la. E fazer esta mistura: “se nós incluirmos as empresas públicas do Município, então, nós vamos a um número maior...”. Evidente! Nós teríamos que incluir também a receita do Município. E elas não estão na Lei de Responsabilidade Fiscal, justamente, porque o balanço delas as separa. E é por isso que o Tribunal de Contas encara assim – simples! Não precisa ser nenhum técnico em contabilidade. Então, quero aqui reforçar a posição do nosso partido – falo em nome do Ver. João Bosco e do Ver. Márcio Bins Ely – de que garantir esta emenda dentro da LDO é garantir aquilo que já é direito dos nossos servidores, que não deveria nem estar sendo incluído na LDO, porque já está garantido por lei, que é a reposição inflacionária. Mesmo sabendo do momento em que vivem todos os municípios, sabemos que perdemos receita, mas a reposição inflacionária é o mínimo que nós podemos garantir aos nossos servidores para que possam ser recompensados pelas perdas inflacionárias.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Recebo o abaixo-assinado dos servidores do IMESF. Cinquenta e duas mil assinaturas de servidores do IMESF, solicitando apoio e abertura de diálogo e apoio à saúde pública, foram recebidas aqui, neste momento, pela Presidência.

Em votação a Emenda n° 02, destacada, ao PLE n° 016/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) Quatro votos **NÃO**. Declaro nula a votação por falta de quórum deliberativo.

Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h29min.)

\* \* \* \* \*